

ATA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO MOSAICO DE ÁREAS PROTEGIDAS DA AMAZÔNIA ORIENTAL

Pedra Branca do Amapari, 28 e 29 de maio de 2014

Às oito horas da manhã tem início a 3ª Reunião Ordinária deste Mosaico, na chácara da Professora Chala, distrito de Água Fria, em Pedra Branca do Amapari. Érico Kauano, do ICMBio, responsável pela Floresta Nacional, abre a reunião, explicando a pauta, e passa aos informes. Quanto ao estudo sobre as cadeias produtivas da região da Perimetral, solicitação constante dos moradores, Érico relembra que a WWF-Brasil, através de Luis Coltro, havia se comprometido a financiar um estudo, mas infelizmente, com a saída de Luis, é necessário renovar os contatos para novos encaminhamentos. Sobre a fala que a professora da Unifap Roberta Barboza havia se comprometido a fazer nesta reunião, acerca da contaminação dos corpos d'água, Érico e Márcia explicam que, em virtude de seu desligamento da Unifap, também teve de ser adiada até que se possa encontrar outra proposta de ação para a Câmara Técnica. Sr. Sebastião da Cooperflora e Sr. Sebastião do Cachaço reforçam a necessidade disso. Érico reforça que está previsto que o Departamento Nacional de Produção Mineral, DNPM, está convidado para esta reunião, e deve chegar até o fim da manhã. Paulo Russo, do Parna Tumucumaque/ICMBio, aproveita para informar sobre o projeto desenvolvido em conjunto por ICMBio e Iepé sobre protagonismo juvenil na região da Perimetral, que está em fase de prospecção e esclarece seu sentido e objetivos. Cacique Aretina faz uma fala em Tiriyo, traduzido por Reginaldo. Afirma que ontem, no caminho, viram a barragem e a mineração, e agora conseguirão explicar melhor para seu povo o que viram, os impactos desse tipo de ação. Érico passa a palavra a Marcos Pinheiro, que fará a moderação, e detalha a pauta dos dois dias de reunião, especificamente a consolidação dos Planos, de proteção integrada e de comunicação. Aldemir, da RDS do Iratapuru, propõe que a RDS tenha espaço para trazer propostas e informações ao Mosaico. Sr. Sebastião do Cachaço, Assentamento do Silvestre, solicita que o Mosaico se dedique à questão fundiária, prestando informações sobre a situação das áreas. Bruno do Iepé menciona que há também a questão da Faixa da Amizade proposta pelos Wajãpi para a intersecção entre o Assentamento Perimetral Norte, a Terra Indígena Wajãpi e a Flota, e que tem sido trabalhada intensamente no Mosaico e no Conselho da Flota. Afirma que há um encaminhamento quanto à regularização fundiária do PA, que tem sido tratado no Mosaico e sobretudo no Conselho da Flota, para socializar, e dois questionamentos a fazer. Bruno frisa que, como de costume, o Incra não se faz presente no momento, e que o Conselho poderia tomar alguma providência a respeito. Marcos encaminha para as apresentações de cada órgão/entidade. Acerca da apresentação de Vivianne Eilers, do Ibama, Makaupoty questiona: diante da notícia de que se pretende fazer uma hidrelétrica na TI Paru D'Este, como a associação poderia acionar o Ibama, se for o caso de acioná-lo. Vivianne responde que sim, que o Ibama deve acompanhar isso, conforme a Funai informara à Apiwa, e que isso pode ser feito em Macapá. Márcia, do Iepé, pergunta à Vivianne como seria o trabalho conjunto com o Imap, órgão licenciador estadual. Vivianne afirma que não há uma sinergia formal cotidiana, mas sim ações esporádicas e pontuais conjuntas. Frank Bittencourt, do Imap, questiona o porquê desta perda de efetivo do Ibama, ao que Vivianne responde: os escritórios fechados estavam em situação precária, não houve novos

concursos para suprir o efetivo desligado do órgão e, além disso, os órgãos estaduais e municipais que atuam em prol do licenciamento e da fiscalização se fortaleceram, de modo que o Ibama entendeu ser necessário abrir espaço para eles. Sr. Sebastião fala da relação da comunidade do Cachaço com o Imap e com o Incra, que, argumenta, é manipulada pela política eleitoral, e pautada pela ausência de responsabilização proativa por parte dos órgãos, que se eximem de suas responsabilidades e argumentam não ser sua atribuição atuar na área. Vivianne explica que tanto Ibama quanto Imap executam leis, e se pautam pela fiscalização. Afirma, então que, para que as leis se adequem à realidade local, às demandas locais, é necessário que o legislativo seja acessado e que se formate novas formulações para a legislação. Bruno menciona que esta indignação de Sr. Sebastião é pertinente sim, e que só reforça o fato de que a classe política atua a bem de interesses individuais pelo fato de que o cidadão (especialmente no campo) está tolhido do seu direito de participar das decisões políticas. Bruno frisa que o Estado não é a sociedade, e que os representantes eleitos pela sociedade operam livremente quando a sociedade civil não consegue se organizar, enaltecendo, então, que este Mosaico é uma plataforma excelente para que se consiga pensar em estratégias conjuntas para que as comunidades se organizem, se fortaleçam, se apropriem da legislação e possam modificá-la e cobrar dos órgãos de governo seu cumprimento. Frisa que aqui fica claro como os órgãos geralmente têm a atribuição de executar a lei ou de fiscalizar se ela é aplicada devidamente, e que o Mosaico pode ser uma boa plataforma para que se possa ajudar a sociedade civil a organizar-se para ocupar o seu devido espaço nesse processo. Paulo Russo aproveita para frisar que a questão fundiária, implícita na indignação dos pequenos produtores rurais, deve ser urgentemente tratada por este Mosaico. Após a apresentação da Sema, Bruno aproveita o ensejo para falar sobre a necessidade de articulação entre os órgãos, especialmente no que se refere à dificuldade apresentada por Rômulo e Márcio para a realização de reuniões de Conselho. Bruno lembra que na reunião do Conselho da Flota surgiu o tema do financiamento das reuniões e processos do Conselho desta UC, e que, conforme pontuou na última reunião, o Mosaico é um conselho que sobrevive em função de recursos não governamentais, mais auferidos de outras fontes, como Marcos Pinheiro frisou em sua apresentação na última reunião do Mosaico, e propõe que, em função disso, o Mosaico abrace o Conselho da Flota e se dedique a pensar em estratégias para isso. Paulo Russo frisa que nos primórdios do Mosaico houve um curso de capacitação para os conselheiros que se focava exatamente nisso, e que isso pode ser rememorado e retomado. Márcia pede a Márcio e Rômulo que expliquem um pouco as atribuições, estrutura e desafios do IEF, pois eles não puderam estar aqui no momento das apresentações. Após essa rápida apresentação, Marcos pergunta se não haveria uma tendência de que a Flota seja a mais beneficiada das áreas do Mosaico em virtude das concessões. Rômulo argumenta que esse é um debate que o Mosaico deve promover e encampar. Sobre as atribuições do IEF, Bruno lembra que compete também ao IEF promover o incentivo à produção e consolidação das cadeias produtivas de produtos madeireiros e não-madeireiros, como castanha, óleo de copaíba, açaí etc. Aretina pergunta a Rômulo qual é o papel da Flota dentro do Mosaico. Ele explica que a Flota é uma área protegida, de uso sustentável, cuja gestão influencia a gestão das demais áreas. Depois da apresentação de Frank, do Imap, surgem dúvidas na plenária sobre a que órgãos recorrer (dentro Sema,

IEF e Imap), diante de diversas questões, colocando em pauta as diferentes atribuições de cada órgão. Diante disso, Marcos faz uma fala esclarecedora sobre os tipos de áreas (protegidas, unidades de conservação sustentável ou de proteção integral e sobre os níveis de gestão). Surge um debate sobre a crítica situação de insegurança jurídica vivenciada pelas comunidades, especialmente no que tange ao ordenamento territorial. Diante disso, Vivianne Eilers afirma que o Ibama também tem caráter supletivo, e que, por conseguinte, as comunidades podem acessá-lo quando o Imap não supre as demandas, e disponibiliza a Linha Verde, uma central de atendimento ao cidadão. Cleidiane, do Iratapuru, pergunta a Frank e Vivianne a quem as comunidades podem recorrer quando a implementação da UHE Santo Antônio não respeita acordos previamente consolidados e o EIA/RIMA. Frank responde que “quanto às indenizações pelos terrenos” é necessário marcar uma conversa no Imap. Cleidiane retoma a questão, depois de interrompida por Frank, e insiste em solicitar esclarecimentos mais concretos e oficiais sobre a instalação do empreendimento, que as comunidades acreditam que não está sendo feita em conformidade com o EIA/RIMA. Vivianne Eilers, então, afirma que, quando os órgãos licenciadores não atuam a contento, pode-se recorrer, aí sim, ao MPF. Bruno pede a palavra e afirma que nas reuniões anteriores a questão da mineração surgiu com muita intensidade, o que motivou a Câmara Técnica de Pesquisa do Mosaico a promover, já há duas reuniões, momentos de esclarecimento do Conselho sobre este assunto. Por conta disso, afirma que nesta reunião haverá um momento em que o DNPM apresentará esclarecimentos e informações sobre esse tema. Tendo em vista, então, que a questão do ordenamento territorial constitui tema fulcral para este Conselho, sendo em verdade um entrave à gestão integrada e participativa visando o desenvolvimento socioambiental sustentável, Bruno propõe que esta Câmara Técnica encampe esta questão e que, na próxima reunião do Conselho haja espaço para que esclarecimentos concretos sejam trazidos à plenária por atores competentes. A plenária endossa. Diante disso surge debate sobre a ausência do Incra, notada por todos e salientada por Bruno em diversos momentos. Bruno propõe novamente que o Conselho produza uma moção exigindo que o Incra se aproprie não somente de sua cadeira, mas também de seu papel na gestão do Mosaico, e que participe devidamente do Conselho, responsabilizando-se por eleger representantes devidamente capacitados e empoderados para tal função. Diante disso, Marcos relembra que a Prefeitura de Laranjal do Jari também não tem participado, desde que o Mosaico foi reconhecido, e propõe à plenária que amadureça propostas de encaminhamento quanto a isso. Marcos encaminha, então, para a apresentação dos povos indígenas. Começam os Tiriyo, Wayana e Apalai, seguidos dos Makaratu e Akaupotyry. A plenária em geral parabeniza a organização dos Wajãpi. Marcos encaminha então para a apresentação de organizações que estão dentro de áreas protegidas. A primeira é a RDS do Iratapuru. Apresentam-se Aldemir, presidente da Comaru, Luiz Fernandes, Dona Antônia, Cleidiane Nascimento, Simar Garcias e Antônio Bajara. Feitas as apresentações, Maria Souza, da Biorio, afirma que seria necessário que a comunidade recebesse formações para fortalecimento político, a fim de que possa de fato de organizar em associações que sejam legitimamente representativas e soberanas para promover o desenvolvimento sustentável com base nas comunidades e no fortalecimento de sua união. Abrindo os trabalhos da tarde, com a chegada dos alunos da Efapen, Marco Antonio Palha Palheta, geólogo da Superintendência

Regional do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM. Durante a apresentação, Érico Kauano pergunta a Palheta se não haveria a possibilidade de se rever o Código e promover a exploração minerária mediante concessões, como ocorre com as florestas nacionais e estaduais. Palheta argumenta que é esta, justamente, a bandeira do novo Código, pois isso garantiria que a legislação fosse melhor respeitada durante o processo, assim como ocorre com a exploração de recursos de outra ordem. Sobre o processo de matrícula dos procedimentos de interesse de pesquisa e lavra, Palheta mostra a base do SIGMINE/DNPM, recaindo especialmente sobre a terra indígena Wajãpi, que ele garante ser um exemplo de como os registros de pesquisa não constituem direito de pesquisa, e muito menos de lavra. Bruno aproveita para narrar brevemente o processo iniciado pelo Conselho das Aldeias Wajãpi Apina junto ao MPF que gerou uma Ação Civil Pública que objetivou a anulação destes registros, e menciona que, mesmo havendo o bloqueio administrativo de 2002, os Wajãpi continuam demandando a anulação destes registros para todas as TIs da região, sobretudo para deixar clara sua postura antiminação em TIs, especialmente tendo em vista o PL1610/1996. Palheta responde que o mando Constitucional disciplina o usufruto do solo segundo regime tradicional pelos indígenas, mas disciplina, através do Artigo 49, que o Congresso Nacional legisle sobre a mineração em terras indígenas, sendo esta a brecha para que o Legislativo discuta o PL1610, que visa a regulamentação disso. Ele argumenta também que o Novo Código de Mineração também visa regulamentar isso em função mesmo da Constituição Federal, ao que Bruno lembra que o movimento dos Wajãpi, que abrangeu todos os povos indígenas da região, tem caráter simbólico e político legítimo, e que visa anular estes registros. Palheta argumenta que é uma demanda legítima, e que o grande problema do debate acerca da abertura das terras indígenas para exploração minerária consiste no controle social comunitário dos impactos socioeconômicos e socioambientais, e frisa que a posição institucional do DNPM é manter as terras indígenas bloqueadas inclusive para registro de interesse de pesquisa. A seguir Palheta passa a expor minúcias do processo para a permissão de lavra, garimpeira e minerária. Prosseguindo sua apresentação, Palheta menciona, a partir de afirmação enfática do cacique Aretina contra atividade garimpeira e mineração, o histórico da luta Wajãpi contra os garimpos que se encontraram em sua terra, e salienta ser isso um direito dos povos indígenas respaldado por legislação. E prossegue demonstrando como a maioria dos requerimentos de pesquisa e lavra garimpeira e minerária no Amapá incidem sobre áreas protegidas, contando com 62% de área bloqueada, sendo que dos 1.106 processos minerários constantes no DNPM, 45% estão localizados em áreas protegidas, mencionando a Renca, Reserva Nacional do Cobre, criada pelo governo militar e ainda vigente. Destacando as taxas de repasse das mineradoras no Amapá para os municípios, Palheta explica como funciona o CFEM, e quais as alíquotas recaem para Pedra Branca entre 2012 e 2013, em média R\$13.000.000. Ao cabo da apresentação, Aretina solicita de Palheta uma cópia da apresentação que acabou de fazer. Ele argumenta que representa uma autarquia federal e que será responsabilizado pelas informações ali constantes, e que repassa essa apresentação ao Iepé somente. Bruno e Márcia ressaltam que a apresentação está sendo solicitada pelo Conselho do Mosaico, e não pelo Iepé, e Marcos salienta que a grande maioria das informações ali constantes são públicas, não havendo problemas e divulgá-las. Diante disso, e da argumentação de que o material é requisitado

para uso interno do Mosaico, Palheta concorda em ceder a apresentação para que o Conselho crie materiais didáticos e informativos com base nela. Após a saída de Palheta, a plenária tece considerações sobre a possibilidade levantada por Sebastião Castelo, de o Conselho do Mosaico fazer uma moção para os órgãos públicos sobre o gerenciamento dos fundos e recursos de compensação oriundos de empreendimentos como mineração e UHEs. Sobre a compensação da hidrelétrica, Vivianne Eilers, do Ibama, faz esclarecimentos sobre o processo de pagamento da compensação mediante a instalação e operação da Usina, e relembra que há uma Câmara Técnica no MMA que é responsável por isso e afirma que, enquanto representante do Ibama, pode buscar junto a essa câmara técnica informações mais apuradas sobre a gestão do fundo. Erico Kauano pontua, sobre a apresentação de Palheta, o quão importante é a organização comunitária, o fortalecimento das comunidades em torno de coletivos legítimos e representativos, e usa o exemplo dos impactos das obras da UHE Santo Antônio junto às comunidades da RDS que não obtiveram acordos proveitosos em virtude da perda de prazos e de terreno nas negociações. Marcos faz uma fala sobre a importância de os conselheiros saírem de suas agendas individuais, deixarem de lado demandas particulares de suas associações para pensarem e agirem como um coletivo, que se entende como tal, a fim de que, amadurecidos nesse processo, possam atuar como um bloco coeso, e, assim, obter mais força unidos. Diante da constatação da plenária de que as comunidades não foram beneficiadas com as compensações oriundas da atividade minerária, Marcos observa que tratam-se de oportunidades perdidas, e, como pondera Érico Kauano, uma importante oportunidade se apresenta agora com a consolidação das concessões florestais na Flota. A isso Bruno complementa que a luta dos Wajãpi em prol da Flota, em prol da instalação de seu Conselho Consultivo, em prol de seu zoneamento e de seu plano de manejo, a fim não de se beneficiarem disso, pois não intencionam operar as concessões ou gozar compensações, mas sim a favor das comunidades vizinhas, que são as que os Wajãpi querem que sejam beneficiadas com a Flota e seu legado. Bruno ressalta, portanto, que é imprescindível que no dia de amanhã todos se esforcem muito para compreender o máximo possível da fala de Giovani Musial sobre os editais de concessão da Flota, já que este tema é muito complexo, rechaçando a proposta de Frank segundo a qual os trabalhos sejam acelerados para que se possa fazer um passeio na terra dos Wajãpi. Márcia ressalta ainda que a visitação da TIW só pode ser feita mediante articulação com o Conselho das Aldeias Wajãpi, e que não haveria tempo hábil para isso, até porque o Conselho deve uma visita à EfaPen, onde seria originalmente realizada a reunião. Esclarecidos estes pontos, passa-se à leitura da Ata da Segunda Reunião Ordinária, feita por Érico Kauano. Finda a leitura da ata, a plenária sem considerações e por unanimidade aprova esta ata. Marcos encerra os trabalhos do dia.

Continuação da ata.

Dia 29 de manhã

Marcos abre os trabalhos incentivando um balanço dos trabalhos do dia 28. Maria Helena pontua que o que sempre impressiona os conselheiros é o quão grande é o aporte de recursos oriundos das compensações das mineradoras e que as prefeituras movimentam, sem que benefícios sociais sejam sentidos nas comunidades. Bruno afirma que isso ocorre por conta do vazio organizacional

implantado pelos próprios atores políticos que disso se beneficiam, ao impedir que as comunidades se organizem e fortaleçam para gerenciarem e monitorarem o poder público. Makaratu expõe o quanto os Wajãpi estão constantemente preocupados com o fato de que os direitos conquistados através de muita luta em prol das áreas protegidas estão sendo constantemente ameaçados, especialmente no legislativo, onde tramitam iniciativas agressivas. Faz um vínculo com a fala de Palheta, e demonstra o quanto os Wajãpi se preocupam em não deixar de lutar em prol de seus direitos, sabendo e alertando que são constantemente ameaçados. Frank Bittencourt afirma que os Wajãpi deveriam se organizar para conseguir cobrar do governo respostas sobre os recursos de compensação de que falou Palheta, e sugere que eles transformem a associação, o Apina, em uma empresa, para conseguirem acessar recursos e ter dinheiro. Bruno pede a palavra e discorda desta iniciativa, afirmando que o Apina é uma associação de pessoas, é uma organização coletiva, que gerencia o coletivo Wajãpi através do Conselho de chefes, que é soberano e legítimo, e que, além de ser esse Conselho deliberativo, é uma associação que, gozando de uma diretoria e um CNPJ, sempre executou projetos, como a própria demarcação de sua terra, com apoio do PPTAL, CTI e GTZ, gerenciando sozinhos os recursos e executando por si mesmos o projeto demarcação, que tinha um aporte volumoso de recursos. Bruno fala também sobre o projeto que o Apina pegou com a Funasa, narrando brevemente o processo através do qual o Apina gerenciou a saúde indígena, e conclui: o Apina, que abdicou de acessar o Fundo de Compensação das mineradoras por ser contra mineração, sempre foi um fórum coletivo, muito mais do que um CNPJ; é muito mais do que uma empresa com fins lucrativos: ele ocupa o lugar da sociedade organizada Wajãpi, e nunca deixou de movimentar e captar recursos suficientes para todas suas ações. Bruno fala sobre a quantia de recursos que o Apina, com apoio do Iepé, e a Awatac movimentam com seus projetos, que têm por finalidade máxima fortalecer o coletivo, o social, o público. Paulo Russo reitera esta fala e afirma que as associações são fóruns através dos quais as pessoas se unem em prol do que é coletivo, do bem comum, muito mais do que CNPJs ou empresas. Aldemir, da RDS, corrobora esta fala, usando o exemplo da RDS e da Comaru, que não teriam conseguido fortalecer as comunidades para que conseguissem negociar melhor com o empreendimento da UHE. Após isso, Marcos passa a palavra a Giovani Musial, do IEF, que faz uma apresentação sobre a Floresta Estadual do Amapá e o processo de concessão florestal que o IEF vem desenhando com supervisão do Conselho Consultivo da Unidade. Após a apresentação, Sebastião Castelo, da Cooperflora, pergunta se nas RDS poderiam ser feitas concessões, ao que Musial responde que sim, e reitera que as concessões podem ser para produtos florestais não madeireiros, não somente madeireiros. Musial e Marcos ressaltam que as comunidades da RDS têm de estar muito organizadas para gerenciar este manejo. Bruno aproveita para perguntar se Musial conhece alguma iniciativa em concessão florestal onde o dinheiro do Fundo foi aplicado para promover a fiscalização rigorosa sobre os produtos madeireiros extraídos de outras áreas, uma vez que os custos para extrair madeira de uma UC são muito elevados e a madeira ilegal tem baixo preço, sabotando o processo. Musial responde que não conhece nada feito desta maneira, ao que Bruno reitera que o Conselho do Mosaico e o Conselho da Flota podem propor isso. Musial apresenta o filme Florestabilidade – Concessões em Florestas Públicas. Aretina afirma que a preocupação deles é com o controle

desta exploração das florestas e que não é tão fácil assim regular o clima, a qualidade do solo, da água, dos ecossistemas, se existem empresas extraindo madeira nela. No filme, afirma, foi possível ver as comunidades fazendo manejo, medindo, controlando. Mas mesmo assim, mostrou um trator andando dentro da floresta. E conta que viu extração de madeira no Suriname, perguntando, a seguir, para onde vai o dinheiro desta exploração. Eliane Cabral, da Unifap, pergunta como o IEF pretende promover a fiscalização destes processos de concessão e extração, ao que Giovani responde que a fiscalização é conjunta entre o órgão gestor, no caso Sema e IEF, em conjunto com o Imap, e expõe que uma das estratégias para a gestão da UC é fortalecer o Imap. Sebastião Castelo salienta que seria importante se o Conselho do Mosaico pudesse ir até a Flota do Pará, próxima a Almeirim. Bruno pontua que, conforme vem expondo no Conselho Consultivo da Flota, é imprescindível que, quando os Fundos resultantes das concessões foram estabelecidos, se designe recursos para que as comunidades do seu entorno sejam fortalecidas e organizadas, porque somente assim a sociedade civil conseguirá fazer a fiscalização e o monitoramento da concessão e extração dentro da Flota. Marcos afirma que essa é uma estratégia importante, e que o Conselho do Mosaico pode endossar a defesa que vem sendo feita em favor disso no Conselho da Flota. Rômulo, então, reitera a necessidade de afinar e fortalecer a sinergia entre todos os órgãos e esferas e salienta a necessidade de pactuar-se programações e agendas conjuntas e coordenadas. Sr. Sebastião Gomes aproveita para perguntar ao ICMBio e ao IEF, especialmente ao ICMBio, como se pretende suprir a falta de pessoal na região, uma vez que a entrada da empresa, depois da concessão para exploração de madeira, sempre traz mais pressões sobre caça e peixe, demandando mais presença dos órgãos na região exatamente no momento em que Marcela de Marins deixou a região. Paulo Russo diz que a proteção é uma das ações focais do ICMBio e que o Instituto está se organizando para suprir esta demanda. Marcos encaminha os trabalhos, então, para a discussão do Plano de Proteção Integrada, iniciando com uma apresentação sobre o contexto macro em que o Mosaico se insere e versando inclusive sobre as pressões que assolam a região da Amazônia Legal. A seguir, fala sobre as bases para um Plano de Proteção, quais sejam: fiscalização, vigilância, monitoramento, sensibilização e consolidação e seus tipos ou escalas, podendo o Plano ser estratégico, operacional ou tático. Rita argumenta que é forçoso pontuar que muitos dos ilícitos que um Plano de Proteção visa evitar, têm como causa a ausência de recursos e condições de qualidade de vida e ambiental vivenciada pelas populações do entorno, secundada por Sebastião Castelo, da Cooperflora, que argumenta que o conflito dos castanheiros com a Esec se deveu à falta de sinalização da unidade, e que muitas vezes as comunidades entram em conflito com as UCs, ou por não saberem o que faz ou o fazem para suprir as necessidades que sua situação apresenta. Marcos, diante disso, afirma que o Plano de Proteção deve ser intimamente associado às ações de promoção da qualidade de vida, da consolidação de cadeias produtivas, que visem a sustentabilidade. Bruno pontua, então, que é essa a filosofia conjunta entre lepé e Apina: os Wajãpi entendem que se os vizinhos estão bem, a terra indígena está bem, e é essa a filosofia que subsidia a proposta da Faixa da Amizade e a luta em prol da Flota. Bruno pontua que os Wajãpi se sentem até desconfortáveis em lutar justamente pelas concessões florestais dentro da Flota, uma vez que são contra a extração de madeira, mas entendem que é forçoso fazer

concessões do particular em prol do coletivo, e entendem que a Flota constitui uma oportunidade para que as comunidades do entorno da TIW e da Flota tenham renda, gozem de benefícios socioeconômicos, porque só assim se obterá desenvolvimento sustentável regionalizado. Bruno salienta, portanto, que um Plano de Proteção não sobrevive sem Promoção: sem ações proativas que promovam a sustentabilidade e o fortalecimento. Carlos, da Efpapen, argumenta que esse deve ser o foco do Mosaico: promover, mais do que punir, porque se há promoção, não haverá ilícitos. Marcos considera ser necessário inserir isso no plano, e ressalta que é este o espírito do Mosaico, e que este espírito é seu grande diferencial, lembrando que, além deste Mosaico, puxado pelo lepé, ser o primeiro do Brasil a incluir povos indígenas, ele também é o primeiro que inclui assentados, e que ações de promoção da sustentabilidade são o carro-chefe deste Conselho. Rita considera, diante de todo o debate sobre a participação dos órgãos governamentais nesse processo, que seria importante que órgãos como a Pesca e a Rurap participassem das reuniões a fim de prestarem esclarecimentos concretos e responsabilizarem-se por encaminhamentos relativos à melhoria na qualidade de vida dos moradores do entorno das UCs. Marcos prossegue expondo minúcias da minuta de Plano de Proteção proposta para o Mosaico. Sobre a questão dos Fundos de Vigilância, Sr. Sebastião Castelo menciona o caso do Parna Jaú onde madeira e gado apreendidos são leiloados e geram receita para um fundo de vigilância. Abrindo os trabalhos da tarde, Marcos pergunta à plenária quais seriam os próximos passos a traçar para o Plano de Proteção. Rita frisa que esse Plano tem de contemplar as reivindicações dos moradores do entorno. Já Érico sugere que este plano de trabalho seja encaminhado para a respectiva câmara técnica, a fim de que a mesma proponha ações concretas para executá-lo, trazendo para a próxima reunião uma minuta. Já Paulo Russo argumenta que, a fim de assegurar o caráter participativo, o conselho promova uma oficina dedicada à consolidação deste plano. Cassandra observa que o plano tem uma função clara, que é afeita ao papel do Mosaico, qual seja, integrar as áreas e seus representantes a fim de que a gestão seja de fato integrada e participativa, e salienta que uma oficina seria mais interessante no sentido de integrar todos os participantes em sua construção. A proposta de Giovani Musial é a de que a câmara técnica promova, antes da oficina, uma compatibilização das informações sobre os Planos de Proteção que as áreas protegidas já têm, a fim de apresentar, na oficina, esta minuta. Érico Kauano lembra ainda que um dos encaminhamentos da última reunião foi a elaboração de um estudo para averiguação da situação, fragilidades e potencialidades das cadeias produtivas da região e que o WWF havia se disponibilizado a patrocinar, mas salienta que isso não foi encaminhado. Marcos propõe então: a proposta para o Eixo Plano de Proteção será encaminhada à Câmara Técnica que se responsabilizará por congregando esses Planos das UCs, solicitando-os de seus gestores, para que possam ser sistematizados e que será promovida pela Câmara. Encaminhamento aprovado, com apenas duas abstenções. Quanto ao estudo das cadeias produtivas, após pequenos debates sobre uso público das unidades como uma forma de geração de renda e sobre a consolidação das cadeias produtivas, Paulo Russo salienta que talvez seja possível elaborar um Plano de Negócios para a região do Mosaico, ao que Bruno complementa que a peça que falta na demanda dos conselheiros é o setor privado, que não pode compor o Conselho, mas é o ator principal nesse sentido. Paulo pergunta se a Unifap e o Lepa poderiam ajudar a esclarecer o Mosaico

sobre estratégias, demandas. A isso Eliane Cabral, da Unifap, argumenta que esta instituição provavelmente pode contribuir com estudos nesse sentido e apresentar ao Mosaico. Sebastião Castelo, por sua vez, argumenta que a Seicom possui estudos e planos sobre cadeias produtivas. Bruno diz que seria possível trazer órgãos e iniciativas para falar ao Conselho, uma vez que não é atribuição do Conselho promover as cadeias, agregar valor a produtos, agir nesse sentido, e nem é atribuição de seus órgãos, mas que constitui sua atribuição promover fóruns em que esses atores, responsáveis por essas ações, esclareçam o Mosaico e proponham estratégias nesse sentido. Giovani corrobora esta ideia, secundado por Érico, que argumenta que isso deve ser aliado à gestão das UCs. Paulo Russo, observando o andamento do debate, propõe que, tendo em vista a complexidade do tema e sua importância para o Mosaico, o próximo tema de pauta (Plano de Comunicação) seja suprimido da pauta de hoje a favor do debate em prol da consolidação das cadeias produtivas. Aprovado com apenas três abstenções. Prosseguindo com a discussão, Giovani argumenta que o Conselho tem de decidir se quer que esses momentos de capacitação sejam mais focados na assistência técnica à produção, ou mais focados na consolidação de cadeias e agregação de valor aos produtos. Sebastião Gomes ressalta que é imprescindível que o Incra participe destas reuniões sobretudo porque a insegurança fundiária vivenciada pelas comunidades é um empecilho à consolidação das cadeias. Paulo Russo salienta que antes de debaterem sobre quais agentes chamar sobre esse assunto, tem-se de ter claro o formato em que esse diálogo se dará, a fim de que não se trate de trazer órgãos apenas para que façam falas que não gerem encaminhamentos concretos. Paulo ressalta, ainda, que o trabalho de articulação prévio deve ser muito afinado com os objetivos do Mosaico e do momento proporcionado. Sebastião Castelo afirma que sente-se satisfeito com o fato de que Palheta veio ao Mosaico falar sobre a realidade e a legislação minerária, e Giovani veio à plenária apresentar um Plano de Negócios do Estado para a sociedade civil, através das concessões da Flota, que é sólido, de modo que pode-se continuar fazendo isso através do Mosaico, chamando-se Seicom, Sebrae, Pesca, SDR, para que esclareçam os conselheiros sobre rumos, estratégias, e possibilidades. Bruno propõe uma questão de encaminhamento: após definir-se quais órgãos e atores serão chamados para este painel, mediante prévia e intensa articulação, deve-se fazer um esforço para compartilhar o trabalho de mobilização, a fim de que não recaia somente para o Iepé a tarefa de mobilizar as pessoas e articular estes atores. Márcia corrobora esta fala, e expõe as dificuldades para mobilizar atores para reuniões. Rita se compromete a mobilizar o Incra, explicando o sentido e objetivos da reunião, e garantindo sua vinda com qualidade. Giovani se compromete, por sua vez, a mobilizar a Afap e Seicom, frisando que a data para realização desta reunião deve ser estrategicamente pensada para após as eleições, por conta da possibilidade de mudança nos secretários, ao que Bruno argumenta que o Mosaico deve ser um grande exercício de aprendizado político para além de seu conselho, e sugere que os secretários atuais sejam incitados a assinar pactos, documentos com encaminhamentos formais, que devem ser assumidos por seus sucessores. Sebastião Castelo propõe que se monte uma comissão responsável por realizar este momento, mobilizando e articulando estes atores. Marcos sistematiza, afirmando que há esta proposta da comissão, e que já há voluntários para compô-la, como Giovani e Rita, e pergunta se há outros atores que se comprometam a compor esta comissão. Rômulo propõe

que se feche a data da oficina antes de iniciar-se a composição da Comissão, pois as agendas podem ser limitações. Diante disso, debate-se indicativos de data, que é última semana de novembro ou primeira semana de dezembro. Por contraste, sabe-se que a grande maioria vota a favor da última reunião ser realizada na última semana de novembro. Quanto à escolha do lugar, Bruno e Márcia ponderam que, em virtude da quantidade expressiva de órgãos de governo que não compõem o Mosaico serem chamados para essa oficina, talvez a distância constitua empecilho à sua participação. Luis Fernandes defende que, a fim de propor um intercâmbio entre os conselheiros, a próxima reunião deveria ser na RDS. Diante deste debate, Edilza considera que o Conselho pode aguardar da Comissão mobilizadora respostas quanto ao andamento da articulação com estes órgãos diante do convite para que a reunião seja na RDS. Marcos pondera que fazer a reunião/oficina na RDS pode não ser muito estratégico, mas que isso não impede que a próxima reunião seja feita lá. Edilza salienta que a logística para a realização da reunião é muito delicada e trabalhosa, e que será necessário mais envolvimento dos conselheiros. Marcos então retoma as deliberações, consultando o Conselho se de fato concorda: crie-se a Comissão mobilizadora, composta por Iepé, ICMBio, IEF e Sema, além de Rita; e que esta Comissão dialogue com a organização da reunião para dar-lhe feedback sobre a receptividade dos atores quanto ao convite, a fim de que esse dado influencie a decisão quanto ao local onde se realizar a reunião – RDS ou Macapá. A plenária anui com unanimidade.